

Agátocles de Siracusa e o nascimento da *Basileia* helenística na Sicília Grega

Agathocles of Syracuse and the birth of the Hellenistic *Basileia* in Greek Sicily

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA¹ (*Universidade de Brasília — Brasil*)

Abstract: This article provides a thorough analysis of the political conditions underpinning the rise to monarchic power of Agathocles of Syracuse, from a Hellenistic viewpoint and through a constitutional irregularity of his compulsory rule over the island. For this purpose, we have discussed both the historical evidence supporting this transformation during Agathocles's African campaign (310-307 B.C.) and the general standpoint of modern historiography in that respect. We thus seek to contribute to the increasing Hellenistic debate on the nature of the political powers under the (direct or indirect) influence of the Asian expedition of Alexander the Great.

Keywords: Hellenism; Agathocles; Monarchy; Alexander the Great.

Introdução

Antes de tratar especificamente da trajetória política de Agátocles de Siracusa e da introdução de um novo poder helenístico na Sicília a partir de uma deformidade na tradicional magistratura compulsória (o posto de estrategista com poderes plenos), faz-se necessário o estabelecimento de algumas observações preliminares. A primeira delas diz respeito ao próprio termo *basileia*, que, usado em diferentes contextos, possui uma história peculiar e significou, em momentos distintos, monarquias de tipos igualmente distintos. Nem toda *basileia*, portanto, é helenística, mas o seu uso em fontes helenísticas não pode ser confundido ou uniformizado com os usos encontrados, por exemplo, em fontes do período clássico. De modo geral, aceita-se que, em sentido helenístico, o título monárquico dispensa objetivamente designações étnicas, posto que estas conferem ao rei autoridade sobre um território delimitado por linhagem ou legalidade constitucional. No caso da monarquia helenística, reis são soberanos do que conseguiram conquistar pelo poder

Texto recebido em 25.04.2018 e aceite para publicação em 03.02.2019.

¹ henriquemodanez@gmail.com. Professor Adjunto de História Antiga na Universidade de Brasília. Pesquisador Colaborador Sênior no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2017-2018.

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 21 (2019) 103-115 — ISSN: 0874-5498

militar, a *doriktetos chora*, podendo ser esse poder herdado ou conquistado em seu tempo de vida. Assim, tem-se uma monarquia sempre de caráter pessoal, mesmo nos casos dinásticos, de tal sorte que os reis deveriam provar suas habilidades de comando e sua autoridade sobre o território e sobre o povo pretendidos. Basileia não pode ser também confundida com tirania; a última nunca foi um posto ou cargo assegurado constitucionalmente. Antes disso, era um rótulo atribuído pelos autores antigos, e que ganhou conotação pejorativa apenas no século IV a.C., tempo do próprio Agátocles de Siracusa. A relação entre magistratura, tirania e *basileia* possui certa intimidade terminológica na história da Sicília, o que torna muito produtiva a investigação sobre como magistrados tornavam-se, com alguma frequência, tiranos (no caso de magistraturas compulsórias, sem o aval da assembleia ou do conselho da cidade) e depois disso reis de tipo helenístico.

A segunda observação preliminar é, talvez, de obviedade geográfica ululante, mas ainda assim importante, a fim de evitar erros de interpretação histórica sobre a região atingida pelas inovações políticas de Agátocles. Quando se menciona a introdução de um novo poder monárquico na Sicília, não se pretende incluir na análise toda a ilha, mas apenas sua porção leste, a chamada Sicília grega. É preciso ter em mente que cartagineses, ao disputarem por alguns séculos a supremacia da ilha com os gregos, jamais experimentaram qualquer tipo de monarquia no período clássico ou helenístico. Toda e qualquer alusão ao regime monárquico de Cartago diz respeito ao tempo mítico ou, nos casos mais otimistas, aos primórdios de sua história, que infelizmente conhecemos apenas pelas lentes gregas e romanas, ambas muito tardias para esse fim.

Agátocles e sua aproximação com o cenário helenístico

Quando Alexandre morreu estranhamente na Babilônia, em 323 a.C., os seus homens se reuniram e organizaram a divisão dos territórios imperiais, após uma implosão parcial nas seções do exército (desentendimentos entre a cavalaria e a infantaria). Esta famosa reorganização refletia em boa medida a distribuição prévia dos oficiais nos territórios ou províncias, e fixava importantes posições de poder e comando, que tiveram impacto nos acontecimentos subsequentes. Nossa fonte para a referida divisão é Diodoro

Sículo (doravante D.S.) 18.1, que no início de seu livro dezoito menciona que a Ofelas foi designada Cirene, provavelmente por conta de sua atuação prévia na expedição de Alexandre. Mais adiante nos fragmentos do livro vinte, mais especificamente no capítulo cinquenta e quatro, D.S. também nos relata que Agátocles, *ao saber que os referidos príncipes tinham assumido o diadema, e por não se considerar inferior a eles em poder, território e feitos, designou-se rei*².

Esta não era uma monarquia siciliana como as anteriores: além do desejo de se igualar em poder aos monarcas helenísticos e de assumir características de um “novo” tipo de realeza, como veremos a seguir, Agátocles mantinha com alguns dos Diádocos relações diplomáticas, as quais frequentemente ilustravam um posicionamento muito semelhante aqueles adotados pelos Sucessores de Alexandre quanto ao direito de conquista, amplamente baseado no princípio da *doriktetos chora*. De forma similar à distribuição de territórios liderada pelos generais macedônicos após a morte de seu rei, em 323 a.C., Agátocles pretendia negociar, de acordo com D. S., a distribuição do espaço africano (ainda não subjugado) e siciliano (parcialmente hostil) com Ofelas, em 309 a.C., por ocasião de sua expedição cartaginesa:

Após esta batalha, Agátocles, ao examinar todas as maneiras de subjugar os cartagineses, enviou Órton, o siracusano como mensageiro a Ofelas, em Cirene. Ofelas havia sido um dos Companheiros de Alexandre em sua expedição, tendo assumido o controle da cidade de Cirene e de um poderoso exército, e aspirava uma dominação mais ampla. Este era o seu estado de espírito quando o mensageiro de Agátocles chegou com o pedido de auxílio para a campanha contra os cartagineses. Em troca desse serviço, ele [o mensageiro] prometeu que Agátocles concederia a Ofelas liberdade total no controle da Líbia. Agátocles, disse-lhe o mensageiro, estava satisfeito com a Sicília, desde que estivesse livre da ameaça cartaginesa e que pudesse governar sem receio toda a ilha. A Itália estava disponível e próxima para ampliar o seu império, caso Agátocles ambicionasse mais poder. (D.S. 20.40).

Ao adotarmos o relato do historiador siciliano, então, torna-se evidente que o comandante siracusano queria integrar o cenário político internacional de seu tempo orientado por critérios de paridade com os Diádocos, e que Ofelas seria sua melhor opção de aliança, pois o mesmo aspirava à conquista

² D.S. 20.54. Sobre a *basileia* de Agátocles, consultar principalmente WETENHALL TILLYARD (1908); MOSSÉ (1969) 149-202; MEISTER (1984) 384-411; VATTUONE (1991) 63-86; 187-204; BRACCESI (1998) 101-113; ZAMBON (2006) 77-94.

de mais territórios. Afinal, tal paridade em força militar, territórios conquistados e realizações seria o motor de sua monarquia autoproclamada. Quando Ofelas e seu exército se encontraram com Agátocles, o mesmo colocou em prática seu plano de traição: o macedônio foi pego de surpresa e assassinado enquanto tentava desesperadamente se defender; o siracusano, então, aproveitando-se da situação, recrutou o numeroso exército sem comandante para a guerra que já estava preparado para travar, conseguindo com isso praticamente dobrar o número de seus homens (D.S. 20.42).

Polieno (doravante Polyæn.) 5.3, nossa outra fonte, contudo, sequer menciona a intenção de estabelecer qualquer aliança por parte de Agátocles. Segundo Polyæn., Ofelas encontrava-se já com numeroso exército em postos avançados contra Agátocles, ao que tudo indica no início da expedição africana liderada pelo siracusano, quando Agátocles, ciente da inclinação de seu inimigo por jovens rapazes, enviou seu filho Heracleides, “um rapaz de beleza extraordinária”, com a missão de distraí-lo enquanto o exército siciliano revivava em sigilo. Ofelas, apaixonado pelo rapaz, mostrou-se incapaz de prever a sua própria morte, e Agátocles saiu vitorioso, resgatando seu filho com sucesso.

O relato de Polyæn. é, obviamente, pouco crível, considerando-se que dificilmente um comandante com a experiência de Ofelas, ainda mais no comando de um numeroso exército ávido pela guerra para a qual estavam marchando desde Cirene, se deixaria distrair tão gravemente pelo filho de seu inimigo, ainda que tivesse as inclinações sexuais mencionadas. Parece igualmente improvável que Ofelas não tivesse sido cotado como aliado por Agátocles, a julgar pela referência tão clara em Diodoro e pelo desenrolar dos eventos na África. O mais provável é que Polyæn. não tivesse conhecimento da aliança ou a tivesse suprimido pela natureza (didática) de sua obra. De qualquer modo, as relações diplomáticas tiveram de acontecer, mesmo que unilateralmente em certo ponto, e comprovam preliminarmente a interação (diplomática e bélica) entre Agátocles e o mundo helenístico num nível que para ele se dava em grau de paridade. Como nos lembra Braccesi³, a Sicília mostrou-se um espaço imune à invasão de Alexandre, mas não ao

³ BRACCESI (1998) 101.

seu projeto de conquista, neste caso traduzido pela ascensão de Agátocles à iminente realeza.

Braccesi argumenta que, após a morte de Alexandre, o problema púnico se confunde com a hereditariedade do poder monárquico, produzindo uma “nascente sensibilidade helenística”, a qual seria direcionada à ameaça cartaginesa sob a forma de *basileia* justificada. Outra questão recorrente na historiografia moderna é a classificação de Agátocles como grande estadista ou como o mais cruel dos tiranos, discussão se arrasta desde a Antiguidade, quando, por exemplo, Cálidas (FGrH 564T3), contemporâneo de Agátocles, pinta uma aura de piedade e humanidade para o siracusano, ao passo que Timeu (FGrH 566F124), igualmente seu contemporâneo, diz que nenhum tirano mostrou-se tão cruel quanto ele.

A autoproclamação de Agátocles como rei simbolizava que o siracusano se via em condição de reclamar territórios nos mesmos termos que os Diádocos, e as interações diversas com alguns deles servem de evidência para a postura de paridade adotada pelo monarca. Parte da historiografia moderna, no entanto, tende a classificar Agátocles da mesma forma que os tiranos tardo-clássicos, ou ainda como os tiranos arcaicos, de modo que sua autoproclamação representaria, de fato, apenas um traço de sua ambição política, uma estratégia de inserção sem grandes resultados. Veja, por exemplo, o que nos diz Mossé, para quem Agátocles, tirano popular⁴, teria se transformado, com a expedição africana, numa figura tirânica típica do período helenístico, o *roy conquérant*, embora seu comportamento indique, no fim das contas, uma postura comum entre os tiranos que o precederam:

“Homem do povo, pelo povo de Siracusa é que ele tentou restaurar a supremacia da cidade, que ele tentou igualmente varrer o perigo que pesava sobre toda a Sicília, o perigo cartaginês. Homem de seu tempo [...], imitador dos generais de Alexandre quanto ao título régio [...] Ele não liberou os escravos por princípio, mas por que necessitava de homens para combater. Nisso ele se assemelhava aos tiranos do séc.IV a.C. [...] Até onde podemos conhecê-lo, ele continua a ser o tipo do tirano popular,

⁴ O que soa no fim das contas absurdo, pois logo após a sua morte os siracusanos confiscaram as suas propriedades, derrubaram as suas estátuas e procederam a uma verdadeira *damnatio memoriae*. Sobre a crítica à classificação da tirania de Agátocles como “popular”, vide MEISTER (1984) 410.

mais próximo no fim dos tiranos da época arcaica que dos condottieri do séc.IV a.C. ou dos “revolucionários” da época helenística.”⁵

Imitador dos Diádocos, Agátocles agregaria, em última instância, tanto os valores do tirano arcaico (devido ao caráter demagógico de seu governo) quanto os costumes de recrutamento do tirano clássico, orientado pelo alistamento massivo de exilados e mercenários. Isso o torna peculiar, sem dúvidas, mas o contexto é imperativo para o assunto, e como tal impõe à monarquia adotada por Agátocles um sentido especialmente helenístico. Não resta dúvida que o alistamento massivo de profissionais era uma prática de origens tardo-clássicas na Sicília grega; da mesma forma, o traço popular dos governos autocráticos remonta à época arcaica. Porém, tais peculiaridades encontravam-se inseridas no contexto de fragmentação do império de Alexandre, fazendo da Sicília, como dito anteriormente, parte do projeto de conquista macedônica (o que seria executado, obviamente, pelos Diádocos) e de Agátocles o homem capaz de liderar uma inovação política de características helenísticas.

Braccesi, quase 30 anos após a publicação do livro de Mossé, mostra-se um pouco mais otimista quanto à concretude da monarquia de Agátocles⁶. O contexto de interação do siracusano com os generais macedônicos aparece com mais relevância, de modo a gerar uma interpretação histórica acerca dos problemas de longevidade da *basileia* agatocleana. A natureza helenística da monarquia introduzida na Sicília por Agátocles é inquestionável, mas trata-se, no final das contas, de uma *monarchia mancata*.

Mais recentemente, Zambon sustentou que Agátocles iniciou uma mudança constitucional ao introduzir a monarquia de tipo helenístico em Siracusa, e que seu exemplo foi seguido por diversos governantes posteriores (tais como Phintias, Pirro e Hierão II)⁷. Naquele momento, tentativas de retomada das formas constitucionais perdidas com a ascensão do monarca emergiram, muitas delas temporariamente bem-sucedidas. Diante de tamanha complexidade e da evidência para o surgimento da monarquia de tipo helenístico na ilha, como parte do conjunto das inovações políticas siceliotas (momentaneamente fracassadas e posteriormente retomadas), devemos a

⁵ MOSSÉ (1969) 176-177.

⁶ BRACCESI (1998) 110.

⁷ ZAMBON (2008) 267.

esta altura nos perguntar como se deu a introdução da *basileia* por Agátocles e em quais aspectos ela representou uma *imitatio Alexandri*? O primeiro indício é, obviamente, a transformação de ordem política, que deve ser compreendida no decorrer da trajetória de Agátocles.

Em 337 a.C., após a morte de Timoleão, frente ao problema da sucessão de um líder que havia pacificado, na medida do possível, a Sicília grega e promovido, em larga escala, um verdadeiro tiranicídio, diversas tiranias reapareceram na porção leste da ilha e a ofensiva cartaginesa novamente gerava resultados preocupantes para os gregos. A democracia siracusana havia sido a esta altura substituída por uma oligarquia, a qual era liderada por Sosítrato e Heracleides. Com isso, a velha guerra civil retornou com força total, colocando cidadãos (democratas e oligarcas) em lados opostos, convivendo num grau de desentendimento que se traduzia no derramamento contínuo de sangue.

Os primeiros anos da vida política de Agátocles se deram no exílio, quando o siracusano parece ter aproveitado a punição para angariar apoio noutras regiões e recrutar o número de mercenários que seu dinheiro pudesse pagar. Após o seu retorno a Siracusa, em 319 a.C., já em cenário político favorável, Agátocles apresentou-se como defensor da democracia e, segundo D.S., conquistou o apoio popular por sua abordagem demagógica. Em seguida, Agátocles teria sido eleito *strategos* e “guardião da paz”. É muito possível que, ao dar esta classificação, D.S. (19.5) tenha usado uma fonte favorável a Agátocles, de modo a alterar as características das primeiras magistraturas que ele assumiu em Siracusa.

Meister e Zambon⁸ recordam que um termo ligeiramente diferente aparece na *Marmor Parium* (FGrH 239 F12),⁹ onde é sugerida, já no início, uma *strategia* autocrática, o que altera sensivelmente a natureza da magistratura de Agátocles e sugere, nesse caso, o uso de fontes favoráveis ao tirano por D.S.. Segundo o documento: “E naquele mesmo ano os siracusanos escolheram Agátocles como *strategos autokrator* das defesas sicilianas”. A *strategia* autocrática era um cargo extraordinário, sendo o magistrado eleito por tempo

⁸ Meister (1984) 289 e Zambon (2006) 78.

⁹ *Marmor Parium* é uma famosa inscrição encontrada em Paros, datada de 264/3 a.C., e preservada em gratuitamente no (<http://www.ashmolean.org>).

indeterminado e com objetivos de caráter urgente. No caso em questão, a querela entre democratas e oligarcas deveria ser mais uma vez solucionada, mas com o *strategos* à frente da política externa. Tratava-se, portanto, de “uma excelente oportunidade para o golpe de Estado”, recorda o historiador italiano. Além disso, Agátocles não era exatamente o homem mais indicado para coordenar um equilíbrio mútuo entre as facções, como a sua imediata ascensão ao poder absoluto, precedida pelo extermínio dos seus adversários políticos, foi capaz de mostrar. A nomeação de Agátocles, tenha ela acontecido nos termos postos por D.S. ou da forma direta presente na inscrição, sugere uma legalidade no processo, o que dificilmente ocorreu. A eleição era apenas uma “pseudo-legalidade formal”, diz Meister, uma vez que (1) os adversários políticos oligarcas haviam sido assassinados ou exilados, (2) a assembleia era composta basicamente por entusiastas da nomeação de Agátocles e (3) um grande número de soldados dava cobertura armada para o golpe. Parece incorreto, portanto, falar de uma eleição livre e legal, do mesmo modo que pressupor uma participação efetiva da assembleia nas decisões tomadas por Agátocles, o que inviabiliza inclusive a sua interpretação como “tirano popular”. A sua abordagem demagógica, posta muitas vezes numa entonação positiva por D.S., funcionava apenas como princípio ideológico para a manutenção de um poder autocrático e opressor em relação ao funcionamento da assembleia, o qual foi associado, como recurso estratégico de compensação, ao cancelamento de dívidas, redistribuição de terras, construção de diversos prédios públicos e expansão da frota siracusana.

Agátocles torna-se rei. Mas de que tipo, afinal?

De acordo com Zambon, o primeiro indício da adoção da basileia helenística por Agátocles encontra-se numa ação específica durante a campanha africana (310-307 a.C.).¹⁰ Nesta ocasião, em 309 a.C., o tirano teria dado indícios de que pretendia mesmo adotar um novo tipo de realeza, em sintonia com a emergente ideologia advinda do mundo helenístico. Zambon, remonta o significativo episódio do motim em Túnis, quando Agátocles decidiu enfrentar o problema pessoalmente, diante dos soldados. Após vestir uma toga púrpura, símbolo da realeza naquele tempo, Agátocles foi ter com suas tropas

¹⁰ ZAMBON (2006) 80.

rebeldes, que reconheceram seus trajes como roupas Reais, adequadas ou pertencentes ao seu comando. Esta foi a primeira vez em que Agátocles apareceu diante de suas tropas trajando a toga púrpura. A toga alaranjada no estilo tarentino, no entanto, havia já sido empregada por Agátocles, de acordo com informação registrada em Polyaen. 5.3. Na ocasião, Agátocles convidou quase 500 pessoas (hostis a sua autoridade em Siracusa) para um banquete e, momentos após ter cantado, dançado e tocado harpa, vestido com sua toga alaranjada no estilo tarentino, mandou executar todos os convidados.

Embora seja improvável que Agátocles tivesse pensado em se auto-proclamar basileu antes mesmo dos Diádocos, o ponto aqui é que Agátocles certamente modificou a concepção de seu próprio poder durante a campanha africana e que estava inclinado a atingir uma nova escala de influência política entre seus homens. A vitória sobre Ofelas, vale lembrar, um dos antigos Companheiros de Alexandre, certamente influenciou a referida postura durante a expedição africana.

Suporte para a orientação helenística de Agátocles pode ser encontrado também numa evidência arqueológica que tem se mostrado tão decisiva quanto polêmica: um estáter de ouro de Agátocles, com apenas três exemplares conhecidos (vide **Figura 1**). A moeda possui no anverso uma cabeça com um escalpo de elefante e o chifre de Amon, e no reverso a imagem de uma Atena “marchante”, equipada com elmo, escudo e lança, sendo precedida por uma coruja aos seus pés, ave frequentemente ligada à divindade, e com a inscrição AGATHOKLEOS (“de Agátocles”) às suas costas. Como nos lembra Stewart, o estáter de ouro tem sido vinculado à expedição africana de Agátocles desde o séc.XIX, além de parecer inquestionável que se trata de uma imitação dos tetradracmas de Ptolomeu, especificamente aqueles dos anos 314/3 a.C.. A primeira questão analítica pode ser sugerida a partir da figura presente no anverso. Em outras palavras, de quem seria a cabeça representada no estáter?

Resta pouca dúvida de que a Atena representada no reverso alude a uma vitória militar (*Athena Niké*), e deve tratar do início da expedição africana, desdobrando-se, portanto, em algumas interpretações possíveis para a cabeça em questão: trata-se, dizem alguns, da personificação da África, Líbia

ou Sicília, ao passo que outros sustentam uma identificação com Alexandre ou com o próprio Agátocles¹¹.

Uma observação intermediária sobre o momento de que trata o estáter faz-se necessária: uma vez que a expedição terminou em fracasso, a cunhagem não pode ter se dado após 307 a.C. Além disso, há que se considerar uma referência em Diod. Sic. (20.11) sobre a primeira vitória de Agátocles na África, quando os soldados, apoiados por corujas (animal ligado à deusa Atena, como dito acima), conseguiram derrotar os cartagineses: “ao perceber que os seus soldados estavam aterrorizados com o grande número da cavalaria e da infantaria bárbaras, [Agátocles] soltou corujas entre o seu exército, as quais ele tinha preparado como meio de retirar o medo dos soldados comuns; as corujas, voando através da falange e pousando nos escudos e elmos, encorajaram os soldados, e cada homem entendeu o ocorrido como um presságio, uma vez que o pássaro é consagrado à Atena”. A referência soa absurda do ponto de vista tático, mas deve ter sido inspirada por algum evento relacionado às corujas, a julgar pelos dados cruzados, tanto no estáter quanto no relato do historiador siciliano.

Conclusão

A mim parece evidente que se trata de Agátocles, representado como Alexandre, pelos seguintes motivos: (1) como notaram alguns estudiosos, a personificação da África, da Líbia ou mesmo da Sicília não é seguramente documentada até o período romano, devendo ainda ser considerado o chifre de Amon e a fronte masculina como evidências da impossibilidade de uma representação feminina; (2) embora não existissem elefantes no exército de Agátocles, a sua ausência mesmo entre os cartagineses do período de cunhagem do estáter indica que se tratava de algo puramente simbólico, sem referência imediata ao exército do comandante siracusano, mostrando-se, portanto, como imitação dos tetradracmas de Ptolomeu (314-3 a.C.), como

¹¹ KUSCHEL (1961) 15 e GOUKOWSKY (1978) 207 sugeriram África e Líbia, sendo a Sicília também sugerida por GOUKOWSKY (1978) 356. Alexandre parece o mais provável para os estudiosos, como encontrado em GIESECKE (1923) 91 e BABELON (1924) 102), enquanto Agátocles tem sido sugerido, por exemplo, por SJÖQVIST (1962) 320. Para um balanço geral das diversas interpretações, vide STEWART (1993) 266-268.

previamente sugerido, e visando, em última instância, o vínculo com o império de Alexandre, o Grande (filho de Amon) a partir de um dos símbolos político-militares mais poderosos dos Diádocos (o elefante de combate).

Pode-se dizer que a imagem faz referência estrita a Alexandre devido ao chifre de Amon, mas considerando-se cuidadosamente a inscrição no reverso e o contexto de cunhagem, chega-se a conclusão de que a cabeça sugere Agátocles representado como Alexandre (o que anularia inclusive a crítica feita por alguns estudiosos, a saber, de que a cabeça de Agátocles havia sido representada diferentemente noutras moedas).

Assim, diante de todos esses indícios, não soa mais tão plausível classificar Agátocles como um tirano clássico tardio, o que a historiografia tendia a fazer. Mais recentemente, devido ao maior interesse e aos avanços nos estudos sobre o helenismo, outra interpretação foi proposta e tem sido seguida por uma audiência cada vez maior de historiadores. Eu sinceramente penso que, como no caso de Agátocles, outras figuras helenísticas, ainda pouco estudadas, tendem a ganhar mais atenção daqui por diante, mesmo que suas carreiras não tenham tido o vigor político-militar de muitas outras, mais próximas de Alexandre em muitos aspectos ou sentidos.



Figura 1
Estáter de ouro cunhado por Agátocles. C. 310-305 B.C. Viena. In: Stewart (1993) 546.

Bibliografia

- BABELON, E. (1924), "Alexandre ou l'Afrique": *Aréthuse* 1 (1924) 95-107.
- BRACCESI, L. (1998), *I tiranni di Sicilia*. Roma-Bari, Laterza.
- FGH = JACOBY, Felix et al (coord.) (1923-), *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Leiden/Berlin.
- GIESECKE, W. (1923), *Sicilia numismatica*. Leipzig, K. W. Hiersemann.
- GEER, R.; WALTON, F. (2006), Diodoro da Sicília. *Biblioteca Histórica*. Introdução, tradução e notas. Cambridge, MA/London, Harvard University Press.
- GOUKOWSKY, P. (1978), *Essai sur les origines du mythe d'Alexandre: 336-270 av. J. C.* Nancy, Université de Nancy II.
- KRENTZ, P.; WHEELER, E. (1994), Polieno. *Estratagemas de Guerra*. Introdução, tradução e notas. Chicago, Ares.
- KUSCHEL, B. (1961), "Die neuen Münzbilder des Ptolemaios Soter": *JNG* 11 (1961) 9-18.
- MEISTER, K. (1984), "Agathocles": F. WALBANK; A. ASTIN (coord.) (1984), *The Cambridge Ancient History*. Vol. 7. Cambridge, University Press, 384--11.
- MOSSÉ, C. (1969), *La tyrannie dans la Grèce Antique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- SJOQVIST, E. (1962), "A portrait Head from Morgantina": *AJA* 66 (1962) 319-322.
- STEWART, A. (1993), *Faces of Power. Alexander's Image and Hellenistic politics*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- TILLYARD, H. (1908), *Agathocles*. Cambridge, The University Press.
- VATTUONE, R. (1991), *Sapienza d'occidente. Il pensiero storico di Timeo di Tauromenio*. Bologna, Pàtron.
- ZAMBON, E. (2006), "From Agathocles to Hieron II: the birth and development of basileia in Hellenistic Sicily": S. LEWIS (coord.) (2006), *Ancient Tyranny*. Edimburgo, Universidade de Edimburgo, 77-94.
- ZAMBON, E. (2008), *Tradition and Innovation: Sicily between Hellenism and Rome*. Stuttgart, Fraz Steiner Verlag.

Resumo: Este artigo propõe uma análise detalhada das condições políticas para a ascensão do poder monárquico de Agátocles de Siracusa, visto a partir de uma perspectiva helenística e por meio de uma deformidade constitucional de sua magistratura compulsória na ilha. Para tanto, discutiu-se tanto as evidências históricas para esta transformação durante a campanha africana de Agátocles (310-307 a.C.) quanto o posicionamento geral da historiografia moderna a esse respeito. Pretende-se, assim, contribuir pontualmente para o crescente debate helenístico acerca da natureza de poderes políticos influenciados (diretamente ou indiretamente) pela expedição asiática de Alexandre Magno.

Palavras-chave: Helenismo; Agátocles; Monarquia; Alexandre Magno.

Resumen: Este artículo propone un análisis detallado de las condiciones políticas para el ascenso al poder monárquico de Agatocles de Siracusa, contemplado a partir de una perspectiva helenística y por medio de una deformidad constitucional de su magistratura forzosa en la isla. Para ello, se discuten tanto las evidencias históricas de esta transformación durante la campaña africana de Agatocles (310-307 a.C.) como la posición general de la historiografía moderna a este respecto. Se pretende de realizar una contribución puntual al creciente debate helenístico sobre la naturaleza de poderes políticos influidos (directa o indirectamente) por la expedición asiática de Alejandro Magno.

Palabras clave: Helenismo; Agatocles; Monarquía; Alejandro Magno.

Résumé : Cet article analyse en détail les conditions politiques de l'ascension au pouvoir monarchique d'Agathocle de Syracuse, d'après une perspective hellénistique et moyennant une difformité constitutionnelle de la magistrature infligée sur l'île. À ce sujet, on discute tout autant les évidences historiques de cette transformation pendant la campagne africaine d'Agathocle (310-307 av. J.-C.) que le positionnement général de l'historiographie moderne, le but étant de pouvoir contribuer à l'essor du débat hellénistique sur la nature des pouvoirs politiques influencés (directement ou indirectement) par l'expédition asiatique d'Alexandre Le Grand.

Mots-clés : Hellénisme ; Agathocle ; Monarchie ; Alexandre le Grand.